



Propostas de resolução das atividades do manual

Volume 1

Unidade 1

Página 9

1. Numa primeira análise, os alunos devem começar por caracterizar a filosofia como uma tentativa de resposta a problemas como a existência de Deus, o que é a justiça, o que é o bem, o que é a arte, etc.
2. Não, pois inicialmente não existia especialização dos saberes e faltavam ainda os métodos próprios das diferentes ciências. As questões colocadas eram de tipos muito variados e abrangiam domínios que viriam a pertencer às ciências (a predição de eclipses, por exemplo) e outros especificamente filosóficos (o que é a beleza?, etc.).
3. Astronomia: predição dos eclipses, cálculo das dimensões do Sol e da Lua, a forma da Terra ou a dimensão dos planetas, a origem do universo.
4. Será que Deus existe? O que é a justiça? O que é o tempo? Em que consiste a realidade última das coisas? O que é a arte?

Página 17

1. Nesta questão o professor pode aproveitar para ouvir algumas das composições e questionar os alunos sobre qual a tese que os alunos defendem em cada questão. Um exercício interessante é perguntar aos alunos se a tese do texto lido na aula é clara e se percebem as razões que levam o aluno a defender a sua tese. É um primeiro exercício de argumentação que pode ser feito na aula. Pode também o professor limitar o número de linhas da composição a um valor que considere adequado. Aconselha-se não mais do que 10 linhas escritas e não menos do que 5.
2. Nesta questão procura-se que o aluno dê os primeiros passos para começar a entender a estrutura básica de um problema filosófico. Uma proposta de exercício: vamos supor que o aluno escolhe «O bem é aquilo que Deus aprova». Significa isto que o bem e o mal são desígnios divinos e não dependerá, em via disso, das determinações racionais do ser humano? Se o aluno escolhe «O bem é aquilo que cada sociedade aprova», significa que não podemos considerar como errados determinados atos que na nossa sociedade são permissíveis. Por exemplo, a violação dos direitos das mulheres em muitas sociedades não será, desse modo, um ato errado, já que é considerado correto nas sociedades onde tal acontece.
3. O professor pode dar algumas pistas iniciais, tais como: uma sociedade democrática é mais justa do que uma sociedade em que apenas alguns têm o poder de tomar decisões? Como deve a riqueza estar distribuída? Deseja-se que o aluno entre



lentamente no espírito da disciplina, mas a discussão será ainda a um nível muito intuitivo.

4. Nesta questão o professor pode exibir a fotografia de um quadro de Picasso – por exemplo, *As meninas de Avignon* – e questionar aos alunos se o consideram bonito ou feio. De seguida, pode repetir o processo com outros quadros de pintores contemporâneos (Dali, Max Ernst, etc.) onde a beleza não é o ingrediente fundamental. Poderá depois pedir aos alunos que respondam à questão da atividade tendo em conta a possibilidade de a arte poder servir de meio de comunicação entre o artista e o público e não apenas um veículo para transmitir beleza.
5. Nesta questão pretende-se – do mesmo modo que nas anteriores – conduzir o aluno a um pequeno exercício básico de abstração. As respostas podem ser discutidas e o professor pode oferecer algum rigor às respostas, levantando algumas objeções perante as respostas dos alunos. Se o aluno responde SIM, o professor pode questionar sobre o que dá valor à vida. Se o aluno responde NÃO, o professor pode questionar se a vida de quem não acredita em Deus é uma vida sem valor.

Página 20

1. Os problemas da filosofia, ao contrário dos problemas da ciência, não têm solução empírica. Os problemas da filosofia são *a priori*, não podem ser respondidos com base na experiência. A natureza dos problemas filosóficos é diferente da natureza dos problemas da ciência. Se desejarmos responder à questão «Será que há vida noutras planetas?» obtemos a resposta fazendo experiências, o que configura um problema da ciência. Se queremos saber se o aborto é moralmente errado ou não, de nada nos vale fazer experiências para obter respostas. Essas respostas obtêm-se pelo raciocínio filosófico.
2. Não, pois hoje temos mecanismos e tecnologia que nos permitem fazer investigação empírica para resolver este tipo de problemas. Estes problemas não podem ser resolvidos *a priori* – ou seja, com base no raciocínio apenas – e, por isso, deixaram de pertencer à filosofia. A ciência, pelo contrário, é uma atividade experimental. O desenvolvimento da matemática e da experimentação tecnológica separou a ciência da filosofia, distinção que não acontecia no tempo dos gregos e até bem mais tarde.
3. Aparentemente não. Apesar de haver alguma discussão em torno desta questão, para alunos do secundário a resposta esperada será que não, já que é a mais plausível que temos até aos nossos dias. Por muitas experiências que se faça, não adiantamos nada ao problema do sentido da vida, pelo que é um clássico problema filosófico.
4. Não. A teoria do *big bang*, a ser verdadeira, não pode ser demonstrada *a priori*, por meios exclusivamente racionais, mas com experiências que testam a teoria e procuram confirmá-la ou refutá-la.



Página 22

1. Nesta questão pretende-se que o aluno comece a compreender o que é uma questão filosófica. Os exemplos dados no primeiro parágrafo podem servir de modelo. O professor pode partir desta questão para avaliar se o aluno já consegue compreender o que é uma questão filosófica e distingui-la das demais. Pode ainda explorar o que poderá haver de surpreendente, para o aluno, nas questões selecionadas.
2. As questões da filosofia não se podem investigar nem comprovar com o recurso à experiência.
3. No geral, limitamo-nos a usar os conceitos sem compreender bem o que possam significar. Dizemos que certas coisas são boas, por exemplo, mas raramente nos interrogamos sobre o que é o bom. A filosofia é uma proposta de reflexão sobre os conceitos envolvidos em questões como as que o autor apresenta na primeira parte do seu texto.

Página 23

1. 1.^a: A filosofia examina os nossos pressupostos fundamentais acerca de nós próprios e do mundo em que vivemos.
2.^a: As questões filosóficas são bastante gerais.
3.^a: A filosofia é a atividade que consiste em clarificar conceitos.
2. A filosofia põe em causa as nossas crenças pré-formatadas. Convém que o professor clarifique aqui de modo muito breve o sentido de «crença» em filosofia. Uma crença é uma convicção que temos acerca do mundo. Ora, essa convicção pode estar errada. Uma sugestão é pegar num porta-lápis e numa bola de papel e perguntar aos alunos se os deixar cair qual irá chegar em primeiro lugar ao chão. Alguns alunos respondem intuitivamente que o porta-lápis é mais pesado e chegará mais cedo ao chão. Após feita a experiência os alunos verificam que os dois objetos caem ao mesmo tempo no chão. Isto coloca à prova uma intuição básica, que nos diz que os objetos mais pesados caem primeiro ao chão. Ora, tal como neste exemplo, também na compreensão filosófica do mundo temos muitas intuições erradas baseadas em crenças mal formadas no senso comum.

Página 28

1. Os elementos da filosofia são os problemas, as teorias e os argumentos. As teorias são constituídas por argumentos e tentam dar resposta aos problemas filosóficos.
2. Estudar os argumentos é central no trabalho filosófico, pois a argumentação é a ferramenta dos filósofos para dar resposta aos problemas que colocam. É com os argumentos que se justifica uma tese filosófica.



Página 32

1. Os argumentos são usados para justificar as nossas posições (teses) sobre os problemas filosóficos. São constituídos por uma ou mais premissas, mas somente por uma conclusão (que é a tese que se pretende defender). As premissas dos argumentos dão-nos as razões em que nos baseámos para chegar à conclusão de que a tese que estamos a defender é verdadeira.
2. Pode. A única coisa que não pode acontecer num argumento válido é que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. Se raciocinámos corretamente, o argumento tem de ser válido. Mas, por vezes, embora tenhamos raciocinado corretamente, as razões em que nos baseámos podem ser falsas.
3. Um argumento que não é bom é um mau argumento. Os maus argumentos são maus porque não justificam a conclusão. Um argumento inválido não pode ser bom porque não nos oferece uma justificação racional para aceitar a sua conclusão como verdadeira. Nos argumentos inválidos, podemos ter premissas verdadeiras e conclusão falsa. Assim, mesmo que as premissas sejam todas verdadeiras, não se segue daí que a conclusão o seja. O argumento inválido não nos permite pensar que a conclusão é verdadeira.
4. Um argumento é mau quando não é bom. Um mau argumento não é bom porque não justifica a conclusão. Isto pode acontecer por dois motivos. O primeiro é o argumento ser inválido. O segundo é o argumento ter premissas falsas. As premissas de um argumento dão-nos razões para pensar que a conclusão é verdadeira. Se as premissas forem falsas, as nossas razões serão falsas. Acontece que ter razões falsas é o mesmo que não ter razões. As razões falsas não justificam coisa alguma. Portanto, o objetivo do argumento - justificar a conclusão - não foi alcançado.

Página 36

1. Os bons argumentos são válidos e têm premissas verdadeiras. Além disso, as premissas são menos discutíveis do que a conclusão, razão pela qual convencem racionalmente. Se alguém aceita as premissas de um argumento válido, aceita racionalmente a sua conclusão.
2. A primeira preocupação a ter é assegurar que as premissas não são falsas ou são menos discutíveis do que a própria conclusão, pois se desejamos convencer alguém de uma determinada tese, o que temos de fazer é dar razões indiscutíveis ou menos discutíveis do que a própria tese. São essas razões que asseguram a verdade da conclusão. Mas isto só se aplica aos argumentos válidos. Assim, devemos também procurar saber se o argumento é válido. Caso não o seja, não vale sequer a pena discutir as premissas: mesmo que sejam verdadeiras, não implicam a conclusão.



Página 37

1.

Premissa	Se tivesse sido o mordomo a cometer o crime, ninguém o teria visto a fazer compras na cidade.
Premissa	Há várias testemunhas que afirmam ter visto o mordomo a fazer compras na cidade.
Conclusão	Não pode ter sido o mordomo a cometer o crime.

2.

Premissa	Se Deus é perfeito, tudo o que criou é perfeito.
Premissa	O mundo é muito imperfeito.
Conclusão	Ou Deus não é perfeito ou não criou o mundo.

3.

Premissa	Se os seres humanos são livres, são responsáveis pelos seus atos.
Premissa	Se os seres humanos são responsáveis pelos seus atos, temos obrigação de os censurar ao agirem mal.
Conclusão	Se os seres humanos são livres, devemos censurá-los se agirem mal.

4.

Premissa	Só pode ter direitos quem souber o que é respeitar um dever.
Premissa	Os animais não sabem o que é respeitar deveres.
Conclusão	Os animais não têm direitos.

5.

Premissa	Violar uma obrigação moral básica é sempre moralmente errado.
Premissa	Mentir é violar uma obrigação moral básica.
Conclusão	Mentir é sempre moralmente errado.

6.

Premissa	Se Deus é todo-poderoso e bom, o mal não existe.
Premissa	O mal está por todo o lado.
Conclusão	Ou Deus não é todo-poderoso ou não é bom.



Página 39

1. Argumentar é oferecer razões em favor de uma tese que se pretende defender. A tese a defender é a conclusão do argumento e as razões chamam-se premissas do argumento.
2. Os argumentos são essenciais pois é com argumentos que podemos avaliar se uma determinada tese (ponto de vista sobre um problema) é ou não bem defendida. Uma tese é bem defendida se apoiada em boas razões, e mal se apoiada em más razões. Sem argumentos é impossível avaliar as posições sobre determinado problema.

Unidade 2

Página 46

1. As ações têm de ser praticadas por um agente, são o resultado da intenção de um agente. Para um acontecimento ser uma ação tem de ser causado pela intenção de um agente.
2. Um agente quando tem a intenção de praticar uma ação tem também o desejo de a praticar. As ações são em grande medida o resultado das motivações, das crenças e dos desejos do agente. Se, por exemplo um aluno estuda muito para o teste de filosofia, é porque é seu desejo alcançar resultados e está motivado para tal. Além disso, acredita que aprender filosofia é algo bom. A sua crença funciona como um motivo para estudar (a ação).

Página 48

1. Uma vez que as nossas ações estão orientadas para um objetivo, é possível explicá-las racionalmente.
2. A deliberação é o processo de escolha. Consiste na avaliação das vantagens e desvantagens de cada escolha que podemos fazer. É o processo de consideração dos fatores que tornam uma ação preferível a outras, tendo em conta a informação disponível e as previsíveis consequências da nossa escolha. Quando temos motivações de tipos diferentes, tais como estudar ou ir ao cinema com os amigos, escolher o curso que tanto gostamos ou aquele que nos garante melhor emprego, etc., fazemos uma escolha, isto é, deliberamos.
3. A utilidade esperada é calculada antes da decisão, ao passo que a utilidade efetiva só é conhecida após a ação. A utilidade esperada refere-se às consequências previsíveis de uma ação. A utilidade esperada envolve um processo de deliberação racional. Nem sempre a utilidade esperada corresponde à utilidade efetiva. Os cálculos de bem-estar podem ser diferentes entre o que se espera de uma ação e o resultado dessa ação.



Página 50

1. A teoria causal das ações defende que as ações são acontecimentos causados pelas intenções, desejos e crenças dos agentes. As ações são acontecimentos causados pelos estados psicológicos dos agentes.
2. O que Frankfurt faz notar é que muitas ações são independentes dos estados psicológicos dos agentes. O exemplo dado de Frankfurt mostra que houve efetivamente uma ação, que resulta de um desejo do agente (deixar o carro deslizar para poupar gasolina), mas a ação desencadeou-se por si mesma, sem intervenção do agente.
3. Mele argumenta que há sempre uma intencionalidade que causa a ação. No exemplo dado, o facto de o João desejar poupar gasolina é uma causa explicativa de deixar o carro deslizar e não o facto de ele começar a deslizar aparentemente sem intervenção deliberativa do agente. A resposta de Mele é convincente pois explica que o facto de o carro deslizar não é um acontecimento liberto da intervenção dos estados psicológicos do João. O professor pode aqui abrir espaço a um pequeno debate com os alunos, discutindo o argumento de Frankfurt e a plausibilidade da resposta de Mele.
4. Davidson visa mostrar que quando essa relação entre razões e ações se verifica, isto é, quando a razão de facto explica a ação, essa explicação é uma forma de explicação causal. Isto quer dizer que as razões explicam as ações na medida em que são as suas causas, ou melhor, é precisamente porque a razão é a causa da ação que esta pode ser explicada explicitando aquela. Em síntese, os estados mentais do agente causam as ações.

Página 51

Podemos falar em ações involuntárias se as ações forem causadas por um agente sem que o agente tenha consciência da ação. Por exemplo, um agente tem a intenção de abrir uma porta e bateu com a porta em alguém que estava atrás dela. Não podemos, pois, afirmar que o agente bateu intencionalmente com a porta nessa pessoa, apesar de ter sido uma ação causada pelo agente.

Página 52

1. A acrasia é um desafio pois revela que muitas vezes agimos contrariamente às nossas razões para agir, o que parece indicar que a razão não é sempre uma força significativa para agir. Isto é assim, apesar de ser a razão que explica as nossas ações.
2. A explicação de Mele é que existe um conflito entre razões e motivação. Podemos muitas vezes estar motivados a fazer algo contrário à nossa razão. O professor pode nesta resposta discutir brevemente o conflito entre motivação e razão.



Página 54

1. As experiências de José Delgado colocam o problema de saber se somos realmente os decisores das ações. Se as suas experiências se comprovarem, então pelo menos algumas das nossas ações podem estar absolutamente determinadas sem que o saibamos.
2. As experiências relatadas no texto levantam relevantes problemas para compreender a ação e se somos ou não inteiramente responsáveis pelas nossas ações. Estas experiências mostram que pelo menos em algumas ações não são os agentes e os seus estados mentais (ou razões) os seus causadores. Daqui se seguem importantes problemas, entre os quais se somos realmente livres ou determinados quando agimos, isto é, se temos livre-arbítrio.

Página 55

1. Para Davidson, o comportamento acrático é intencional, já que, apesar de o agente reconhecer que existe uma alternativa melhor, vai agir contrariamente a essa alternativa. Apesar de, por exemplo, saber que beber em demasia faz mal à saúde e faz o bebedor fazer disparates, ainda assim o bebedor prefere a alternativa menos racional, que é beber. Assim, por um lado a ação acrática é intencional e por outro ela é a pior alternativa para o agente.
2. Para Sócrates, a acrasia ameaça a vida intelectual, já que agir implica a tomada de decisões racionais. A acrasia é o contrário da ação baseada em razões. E só a ação baseada em razões é capaz de aperfeiçoar a vida humana. Pensa Sócrates que não é possível agir de modo acrático.

Página 60

1. Agir de forma deliberada significa que o agente decide sobre como agir e tem intenção para tal. Sendo o agente dono da decisão, segue-se daí que lhe é imputada a liberdade de agir. Não havendo livre-arbítrio, não se poderia falar em intenção deliberada da ação.
2. Se somos livres nas nossas ações, então somos responsáveis pelas decisões de agir de determinada maneira e não de outra. Não pode ser imputada a responsabilidade a alguém que não decidiu agir de forma x. Só em posse de liberdade de agir é que podemos afirmar que o sujeito é responsável pela sua decisão.

Página 62

1. Porque se Deus é onisciente, então tem de saber todas as nossas ações e assim elas não dependem da vontade individual, do livre-arbítrio do agente. Caso contrário Deus não poderia ser onisciente. Alguns filósofos pensam que se Deus é onisciente, então existe a predestinação.



2. Trata-se do problema de saber se a causalidade observada na natureza é compatível com uma vontade livre ou se torna a liberdade do sujeito uma pura ilusão. Se o livre-arbítrio é possível então não é causado pelas leis da natureza.

Página 63

1. Ter livre-arbítrio consiste em ser o agente o autor das suas ações e não estar predeterminado a agir.
2. A autodeterminação consiste em ser o agente a escolher que ação fazer, independentemente das condicionantes da ação. É o sujeito livre que escolhe agir de determinado modo.

Página 65

1. A causalidade parece fornecer pistas relevantes indiciadoras de que a ação de Alekos não resultou da sua livre escolha, mas antes de causas que ele não domina no momento da tomada de decisões. Se imaginarmos outras causas, a escolha de Alekos poderia muito bem ter sido diferente. Se esta hipótese for plausível então temos boas razões para pensar que Alekos não podia ter agido de outra forma já que estava determinado a agir como agiu.
2. O determinismo é uma teoria que explica que tudo o que acontece na natureza tem uma causa e que tudo o que acontece na natureza é consequência dessa causalidade anterior.

Página 68

1. O problema do livre-arbítrio consiste em tentar saber se pode existir determinismo nas leis da natureza e, ao mesmo tempo, se as nossas ações podem ser livres, isto é, se podem escapar a qualquer rede causal da natureza. Há três respostas principais ao problema: o determinismo radical, o libertismo e o determinismo moderado.

O determinismo radical defende que não temos livre-arbítrio e que o mesmo não passa de uma ilusão.

O libertismo e o determinismo moderado defendem que temos livre-arbítrio. Mas enquanto o libertismo defende que o determinismo não é verdadeiro, o determinismo moderado defende que existe determinismo, mas que o mesmo não é determinante para a cadeia causal de acontecimentos, pelo que o livre-arbítrio e o determinismo são compatíveis.

2. O incompatibilismo defende que a existência de livre-arbítrio é incompatível com a liberdade de agir. Para os incompatibilistas, livre-arbítrio e determinismo não podem ser ambos verdadeiros. A verdade de um implica a falsidade do outro.
3. Sim, pois um incompatibilista defende a incompatibilidade do livre-arbítrio com o determinismo. Isto é, se o determinismo for verdadeiro, o livre-arbítrio tem de ser



falso. Todas as nossas ações são determinadas pela causalidade natural e assim não podemos afirmar que o livre-arbítrio seja verdadeiro.

4. Não. Os compatibilistas defendem que a existência de livre-arbítrio não nega o determinismo. A forma mais habitual de compatibilismo é a moderada, que defende que pelo menos algumas das nossas ações são resultado do livre-arbítrio, mesmo que não se negue de todo o determinismo.

Página 70

1. O argumento é válido mas parece apresentar um problema logo na premissa (1), que não parece ser verdadeira, uma vez que podemos perfeitamente pressupor que o determinismo é verdadeiro, mas que ainda assim o resultado das ações depende largamente das escolhas que fazemos. Ou seja, nem todas as ações dependem somente dos genes e do meio, mas precisamente das decisões racionais dos sujeitos. Se concordarmos com a conclusão ficamos sem qualquer explicação para a responsabilidade dos sujeitos. Se a conclusão do argumento for verdadeira, não temos forma de, por exemplo, condenar um criminoso, já que não seria de modo algum responsável pelos seus atos. O incompatibilismo deixa de fora esta questão importante, que é a da responsabilidade dos sujeitos pelas suas escolhas.
2. As afirmações significam que se a tese incompatibilista for verdadeira, não podemos imputar responsabilidade das ações ao sujeito, já que ele não controla o processo de decisão. Esse processo é o mero resultado da causalidade que o sujeito não controla, mas é apenas uma peça da causalidade.

Página 71

1. O argumento do determinismo radical diz-nos que não somos decisores livres das nossas ações e que elas são o resultado de uma cadeia causal natural. Como consequência temos que se aceitarmos esta tese, temos de aceitar que ninguém pode ser responsabilizado pelas suas ações, por muito más consequências que elas acarretem. Nem sequer podemos julgar os princípios de tais ações.
2. Nesta resposta pretende-se que o aluno problematize a proposta incompatibilista dos deterministas radicais. Assim, o melhor percurso é o de confrontar a resposta do determinismo radical com as respostas alternativas, quer dos libertistas, quer dos deterministas moderados. Se o aluno concorda com a tese do determinismo radical, terá então de explicar o problema da imputação de responsabilidade das ações com más consequências.

Página 72

1. A experiência da liberdade de que falam os libertistas é a experiência interior da liberdade que, sendo difícil de explicar, os libertistas não a negam como princípio fundador da ação humana. A proposta dos libertistas é que a liberdade seja analisada do ponto de vista interior ao sujeito e aí parece fazer sentido falar em vontade do



sujeito em decidir. Vista de fora, a ação parece fazer parte do processo de causalidade.

2. A experiência interior pode ser enganadora, já que pode não passar de uma ilusão que estamos conscientemente a optar. Isto acontece porque não temos consciência total do processo de decisão e podemos estar a ser coagidos quando pensamos que estamos a agir em liberdade. Pode acontecer que, por desconhecimento, a crença de que somos livres nas nossas opções não passe de uma crença falsa, uma ilusão. Assim, a nossa experiência interior de liberdade pode ser falsa.

Página 74

1. Os deterministas moderados defendem que para haver uma ação tem de existir decisão do sujeito, caso contrário nem podemos falar de ação. Assim, o determinista moderado não nega o determinismo. Defende que não escolhemos os genes que temos nem o meio em que vivemos e que estes dois fatores explicam grandemente a nossa ação, mas não justificam por si só que não sejamos autores das nossas decisões. Ainda que estes fatores expliquem as causas das ações, a escolha por um rumo e não por outro é um processo que envolve a determinação do sujeito e que injeta na ação um rumo diferente para a cadeia causal de acontecimentos e ações.
2. Um libertista defende que se aceitarmos o determinismo, então não podemos falar em alternativas reais, já que qualquer que seja a alternativa será sempre explicada pela cadeia causal. Para o libertista, se aceitarmos o determinismo então não somos livres na nossa ação. O determinista moderado tem uma conceção diferente de liberdade, já que defende que apesar de o sujeito ser determinado pelo meio e pela sua estrutura genética, pode perfeitamente decidir contrariamente à sua determinação se as suas crenças forem contrárias à determinação. O determinista moderado parece assim resolver o problema da compatibilidade entre determinismo e liberdade.

Página 75

1. Não. A conceção de ausência de coação (apesar de aceitar o determinismo) defendida pelos deterministas moderados indica que a ação poderia ser diferente se os desejos, crenças e personalidade do agente fossem diferentes. Mas aceitar isto é pressupor que o agente para decidir de modo diferente teria de ser uma pessoa diferente, o eu parece insuficiente para explicar a sua liberdade.
2. Todas as teorias são modelos com pontos de discussão muito fortes, de modo que se sugere nesta resposta alguma liberdade para os estudantes tomarem uma posição. Dizemos «alguma» pois a defesa de uma teoria pressupõe já os conhecimentos de cada uma das teses em disputa.

Página 77

1. Significa que não estamos determinados a agir de uma só forma e temos livre-arbítrio, isto é, um agente age da forma x, mas poderia ter agido de uma forma



diferente. Se o livre-arbítrio existe, então não estamos determinados à partida para agir como agimos e abrem-se outras possibilidades de agir de formas diferentes, tomando outras opções.

2. A ideia que contesta a liberdade da ação é a do determinismo. Ele é moderado se aceitar que apesar das nossas escolhas o determinismo existe. E é radical se aceitar que a nossa possibilidade de escolha não passa de uma ilusão de liberdade.

Página 79

1. O determinista moderado entende que apesar de existir o determinismo, se as nossas crenças, desejos e personalidade forem contrários ao determinismo, podemos fazer escolhas diferentes daquelas que à partida estaríamos condenados a fazer. Resulta daí que apesar de existir determinismo, em último gau, as nossas escolhas podem desencadear novas cadeias causais. Há uma interferência das nossas decisões no curso da cadeia causal.
2. Por fatalismo entende-se que uma ação é de um determinado modo e não poderia ter acontecido de um modo diferente. A crítica feita aos deterministas radicais é que a sua teoria parece cair nesta confusão, isto é, parece pressupor que o sujeito não possui qualquer intervenção no processo de decisão. Os deterministas moderados defendem, pelo contrário, que apesar de existir determinismo, tal não é uma fatalidade para não podermos decidir agir de um modo diferente.

Unidade 3

Página 85

Os valores funcionam como critérios para as ações. São como um guia orientador da ação. Se preferimos dizer a verdade e não a mentira, é porque atribuímos valor à verdade em detrimento da mentira. Assim, orientamos as nossas decisões em torno da verdade e não da mentira. Os juízos que fazemos sobre as ações dependem largamente do que valorizamos.

Página 87

1. Os juízos de facto são descritivos, possuem valor de verdade e são objetivos.
 - 1.^a – Descritivos: descrevem as coisas, identificam as características das coisas.
 - 2.^a – Possuem valor de verdade: as proposições que exprimem juízos de facto são sempre verdadeiras ou falsas, mesmo que não saibamos o seu valor de verdade ou até nos enganemos em relação à sua verdade. Por exemplo, se digo «a porta da sala de aula é vermelha» é um juízo de facto verdadeiro se a porta for vermelha e falso se a porta for de outra cor.



- 3.^a – Objetivos: são objetivos porque o seu valor de verdade depende unicamente do modo como o mundo é e não das preferências dos sujeitos ou dos seus estados psicológicos.
2. Os juízos de valor são normativos se refletem a aprovação ou a desaprovação de um sujeito perante os factos. Os juízos de valor introduzem critérios de justiça, religiosos, morais ou estéticos na apreciação dos factos. Para além de poderem ser descritivos (dizer como a realidade é), pretendem dizer também como a realidade deve ser, introduzindo normas.

Página 89

1. Segundo o emotivismo, os juízos morais têm por função influenciar o comportamento, pelo que não faz parte das suas características possuir valor de verdade já que não são descritivos. Já que não há verdade ou falsidade nos juízos morais, eles não têm a função de produzir conhecimentos, mas só de expressar as emoções relativas às normas de como se devem as pessoas comportar. Os factos morais não podem ser conhecidos. Para os emotivistas, os juízos de valor visam somente mudar as atitudes das pessoas.
2. Se o emotivismo for verdadeiro, qualquer discussão racional sobre valores deixa de fazer sentido, já que os valores não são mais do que a expressão do modo como sentimos as coisas. Isto é implausível, pois então não fazia qualquer sentido os debates morais, por exemplo. E é muito difícil aceitar pacificamente que as discussões morais não têm sentido, pois tal retiraria qualquer sentido aos debates morais. Nesta resposta é também aceitável a objeção de que nem sempre os nossos juízos exprimem as nossas emoções. O caso da eutanásia em animais constitui um bom exemplo. Temos um animal de estimação que amamos muito. Não desejamos a sua morte. Mas o animal tem uma doença que o faz sofrer muito e dá-lhe pouco tempo de vida. Somos aconselhados pelo médico a praticar eutanásia com o animal, até porque a doença pode contagiar as crianças que temos em casa. Emocionalmente lamentamos a morte do animal, mas ajuizamos que será melhor o seu abate.

Página 93

1. O subjetivismo defende que os juízos de valor, tal como os juízos de facto, possuem valor de verdade, só que o valor de verdade dos juízos de valor, ao contrário dos juízos de facto, depende do estado psicológico dos sujeitos (os seus sentimentos de agrado ou desagrado). Assim, para o subjetivismo, os juízos de valor são subjetivos e não objetivos (como os juízos de facto). A verdade dos juízos de facto depende de como a realidade é. A verdade dos juízos de valor, para os subjetivistas, depende das preferências, dos sentimentos de agrado e desagrado dos sujeitos, das suas crenças internas e psicológicas.
2. Para o emotivismo, as proposições que expressam valores são o resultado somente das emoções dos sujeitos, não expressando qualquer verdade ou falsidade sobre o mundo dos valores. São proposições que não podem ser nem verdadeiras nem falsas. O subjetivista tem em comum com o objetivista o princípio de que as



proposições que expressam valores são subjetivas, dependem do sentimento de agrado ou desagrado dos sujeitos, mas, ao contrário do emotivista, para o subjetivista os juízos de valor descrevem verdades ou falsidades sobre os sentimentos de agrado ou desagrado do sujeito. O subjetivista defende que um juízo de valor descreve os sentimentos do sujeito, ao passo que o emotivista defende que o juízo de valor apenas expressa o sentimento do sujeito relativamente à realidade.

3. Se aceitarmos o subjetivismo, estamos ao mesmo tempo a aceitar que toda e qualquer posição sobre os valores é verdadeira, mesmo as posições contraditórias. Se todas as posições são verdadeiras, então não temos qualquer possibilidade de as objetar, pois para o subjetivista a verdade de uma proposição sobre valores depende somente das proposições expressas pelo subjetivista. Se o subjetivismo for verdadeiro não podemos nunca afirmar que a crença x sobre valores é falsa, já que a verdade das proposições sobre valores é determinada apenas pelas circunstâncias internas ao sujeito (as suas preferências, os seus gostos, sentimentos, agrado e desagrado).
4. O desacordo moral parece dar uma forte razão para pensar que o desacordo não pode ser verdadeiro para ambas as partes desacordantes. Se é verdade que o extermínio dos judeus é moralmente errado, tem de ser falso que o extermínio dos judeus é moralmente correto. Se o subjetivismo for verdadeiro, este desacordo não faz sentido. Mas este desacordo faz sentido, pois a discussão sobre ele está na base das conceções morais que fazemos. Logo, o subjetivismo não pode ser verdadeiro. O subjetivismo não dá lugar à razão no domínio moral.

Página 96

1. O objetivismo ético defende que a verdade de alguns juízos de valor é independente da circunstância psicológica dos sujeitos. Segundo os objetivistas, é possível elaborar juízos de valor objetivos recorrendo ao raciocínio moral. O raciocínio fornece os critérios objetivos para determinar a verdade de alguns juízos de valor, que é independente das preferências ou dos estados psicológicos dos sujeitos. Basicamente esta teoria rejeita a hipótese que os estados psicológicos dos sujeitos sejam determinantes nas avaliações valorativas que fazemos, destacando o papel da razão fundadora dos juízos de valor.
2. Nesta questão pretende-se que o aluno consiga já fazer uma avaliação das teorias em disputa considerando as suas principais objeções. Apesar de todas as teorias apresentarem bons pontos de referência, todas têm também enfrentado fortes objeções. É precisamente porque todas elas enfrentam objeções que o relativismo cultural acabou por ocupar espaço no debate.

Página 98

O subjetivismo defende que os juízos morais descrevem a maneira como sentimos as coisas. Para o subjetivismo, os juízos de valor são descrições dos sentimentos do sujeito. Não a sua expressão, como defendem os emotivistas, mas descrições. O



subjetivismo defende que as verdades morais são relativas a cada indivíduo. Os valores apenas existem como preferências de pessoas individuais.

Página 100

1. James Rachels defende que os juízos morais têm de ser apoiados em boas razões e não serem a mera manifestação de preferências. Sem razões que os apoiem, os juízos morais são arbitrários. Desse modo, para a discussão dos juízos morais temos de discutir as razões que os apoiam.
2. Rachels defende que os juízos morais, na ausência de razões que os justifiquem, tornam-se meramente arbitrários. A natureza da ética é a da discussão racional.

Os exemplos dados no texto de Rachels mostram que a avaliação de juízos não pode ser meramente arbitrária. O primeiro exemplo, o do aluno, mostra que há razões para pensar que o professor é injusto. É injusto dar um teste que não pode ser realizado no tempo para o qual foi pensado. No exemplo do homem mau, a única forma disponível para o provar é apresentar razões que mostrem de modo imparcial que Jones é um homem mau. Ele é mau porque mente e mentir é mau, pois prejudica as pessoas de várias maneiras.

Há casos, como o do aborto, nos quais as provas morais são muito mais difíceis de encontrar. Do facto de ainda não as possuímos não se segue que não existam. Podemos simplesmente ainda não as conhecer bem.

Página 101

1. A ideia apresentada é a de que os valores têm uma existência independente do que pensamos, imaginamos, desejamos, acreditamos ou sentimos a seu respeito. É a ideia de que há verdades éticas independentes dos nossos sentimentos ou emoções. E são as preferências que subjazem às escolhas morais que são factos morais. É, portanto, uma tese objetivista.
2. Primeiro erro: ao contrário do que pensam os opositores ao realismo ético, em ética há factos relevantes, que são as preferências dos indivíduos. Segundo erro: tal como na física (onde não se nega a existência de factos físicos – queda dos corpos, por exemplo), também na ética uma teoria pressupõe um raciocínio sobre o que os factos nos dizem. Ora, os opositores ao realismo ético não reconhecem esta semelhança. Em qualquer dos casos – ética e física – há factos e razões que fazem as teorias que os explicam. As teorias não são os factos, mas o resultado de raciocinarmos sobre os factos.

Página 107

1. A cultura é resultado da adaptação e modificação do meio pelos seres humanos. É um fenómeno universal, mas com expressão diferente consoante o tempo (história) e o espaço (geografia). Diferenças de espaço e tempo determinam diferentes expressões culturais.



2. Padrões de cultura são as regras e normas que cada sociedade ou comunidade considera adequados e válidos para a vida comunitária. Os padrões de cultura têm um conteúdo normativo e variam de comunidade para comunidade.

Página 109

1. O realismo moral é a teoria filosófica que defende que as verdades morais são independentes da maneira de pensar de cada pessoa ou de cada sociedade. São absolutas já que são o resultado de verdades provenientes da razão e da capacidade de raciocínio e existem independentemente das práticas e padrões sociais. Para o realismo moral, os juízos de valor possuem valor de verdade tal como os juízos de facto.
2. Para o relativismo cultural, a verdade dos juízos morais depende inteiramente dos padrões de cultura de cada sociedade. Assim, o que é moralmente correto numa sociedade pode não o ser numa outra. Assim, para os relativistas culturais, não existem verdades morais absolutas e o valor de verdade dos juízos morais é inteiramente determinado pelas diferentes culturas. O que é certo e errado, para os defensores do relativismo cultural, é o que a maioria das pessoas de cada comunidade, de cada cultura, determinam como certo ou errado e isso varia consoante os padrões de cultura.

Página 112

1. O relativista cultural parte do pressuposto que do facto de existirem sociedades diferentes com códigos morais diferentes, se segue que as verdades morais são diferentes variando de acordo com o que cada cultura aprova como certo e errado para si mesma.

Há com efeito um problema com o argumento da diversidade cultural, já que a primeira premissa não é mais plausível do que a conclusão, uma vez que não é verdade que o que reflete as condições de vida de uma cultura específica não possa ser universal. Como contraexemplo podemos apresentar as verdades científicas que, apesar de serem produto da cultura, nem por isso deixam de ser universais. Este contraexemplo oferece-nos uma boa razão para pensarmos que também há verdades morais que são universais, independentes das culturas.

2. Não é possível concordar de todo com o argumento do desacordo pela razão que as crenças das pessoas podem estar erradas em relação à moralidade. Se o desacordo em questões morais fosse uma verdade absoluta, então não existiria progresso em moralidade. Ora o progresso existe precisamente porque numa mesma sociedade encontramos boas razões para considerar inaceitáveis hábitos e comportamentos que antes considerávamos aceitáveis. É desta forma que há uns séculos a escravatura era moralmente aceitável e hoje em dia, nas mesmas sociedades que aceitavam a escravatura, ela é moralmente condenável. Como se vê não é pelo facto de existirem desacordos morais que não existem verdades em moralidade.



Página 115

1. O problema com o argumento da intolerância é que se a tese do relativismo cultural for verdadeira, tem de ser verdade que a própria intolerância tem de ser tolerada se ela for considerada verdadeira numa dada cultura. Para ser coerente, tudo o que o relativista cultural tem de fazer quando se deparar com a intolerância é aceitá-la, já que admite que a verdade dos juízos morais depende do que a maioria aprova como certo numa dada sociedade. Se numa cultura for aceite pela maioria a escravatura, o relativista terá de aceitar essa verdade moral, segundo aquilo que ele próprio defende. Isto parece ser autorrefutante, pois o relativista tem de aceitar a conclusão que diz que a intolerância é um bem e, em simultâneo, um mal. Esta é uma conclusão que não pode ser verdadeira pois a intolerância não pode ser um bem e um mal simultaneamente.
2. O argumento da maioria preconceituosa aponta uma insuficiência ao relativismo cultural: a de que se aceitarmos o relativismo cultural, deixamos de ter boas razões para mudar os comportamentos, já que eles são um bem se forem aprovados pela maioria. Deste modo não há progresso moral. O problema é que temos de considerar o mesmo comportamento como um bem e um mal ao mesmo tempo. Exemplo: se aceitamos que punir mulheres infiéis com a morte é moralmente errado, temos de aceitar que é um bem moral em sociedades onde as mulheres infiéis são condenadas à morte.

Página 117

1. A diversidade de padrões culturais: a diversidade cultural mostra que as verdades morais são o resultado de cada padrão em cada cultura. Assim, a verdade moral é relativa tanto ao tempo em que ocorre como quanto ao espaço. A moral é, assim, uma construção social. O mito da objetividade: qualquer tentativa de afirmar a objetividade moral não pode ser independente da própria cultura onde essa tentativa ocorre, pelo que a objetividade é também o resultado de padrões de cultura.
2. Pretende-se nesta resposta algum espaço para o debate. No mesmo deve o professor considerar que:
 - a) O argumento da diversidade cultural pressupõe que se tolere a própria intolerância, pelo que é um argumento implausível.
 - b) O argumento do mito da objetividade enfrenta uma objeção forte, a do exemplo de produtos culturais como as teorias científicas que são caracterizadas precisamente por serem objetivas.
3. Os relativistas defendem que a sua teoria é uma boa base para a tolerância, já que implica o respeito por padrões morais diferentes. Pensam os relativistas que essa tolerância é a base para a liberdade democrática e a abertura de um espaço em que nenhuma sociedade impõe os seus valores a outra com valores diferentes.
4. Não. Ambos têm objeções igualmente fortes. Esta resposta deve ser dada com o argumento da maioria preconceituosa e com o argumento da intolerância.



Página 119

A primeira lição consiste num precioso alerta para evitar pressupor que todas as nossas preferências são verdades morais absolutas. Quando defendemos que algumas verdades morais são absolutas, temos de examinar cuidadosamente cada uma delas, pois não parece plausível pressupor que todas as verdades morais são absolutas.

A segunda lição consiste em fazer-nos perceber que as nossas crenças morais podem não ser mais verdadeiras do que outras rivais e conduzir-nos desse modo a um comportamento de tolerância em relação aos comportamentos diferentes dos nossos.

Unidade 4

Página 126

1. As intenções traduzem-se em planos que guiam e controlam a ação. Por essa razão a intenção pode explicar a ação. Conhecer a intenção da ação permite avaliar o valor moral da mesma. Por exemplo, um condutor de automóvel atropelou mortalmente um peão. Não podemos dizer que foi uma ação imoral se o condutor o fez por acidente e não com a intenção de matar.
2. Egoísmo é agir apenas em função daquilo que é melhor para si. Altruísmo é a ideia de que devemos agir tendo em conta o bem-estar dos outros seres moralmente relevantes.
3. A moralidade implica ter em consideração o bem-estar dos outros. O altruísmo é uma posição moral que cuida do bem-estar de todos, ao contrário do egoísmo, que só procura a autossatisfação. Se a ação moral supõe o bem-estar de todas as pessoas, então o altruísmo parece ser a posição mais bem posicionada para assegurar esse fim.

Página 129

1. O egoísmo psicológico defende que qualquer ação só pode ser explicada tendo em conta os benefícios pessoais decorrentes dessa ação. Desse modo, qualquer ato aparentemente altruísta tem como pano de fundo um motivo egoísta. Segundo esta teoria se uma pessoa salvar uma outra, por exemplo, tem sempre motivos egoístas para o fazer: o desejo de reconhecimento, de glória, etc.
2. A interpretação subjetiva refere que agimos sempre em função do que pensamos ser o nosso interesse pessoal, ao passo que a interpretação objetiva refere que é realmente o nosso interesse pessoal (e não somente do que parece ser).
3. O Manuel pensava que era do seu interesse estar junto da Maria prestando apoio voluntário a pessoas carenciadas. Mas não tinha em conta o que a Maria podia pensar dele se soubesse os seus verdadeiros motivos. Se o tivesse, não teria agido com agiu.



4. Oferecer donativos aos pobres, segundo o egoísmo psicológico, tem como plano de fundo motivações egoístas, como ganhar prestígio, ser reconhecido, ser apreciado, etc. Se uma empresa resolve fazer uma campanha para ajudar os mais pobres tem por base fazer publicidade e aumentar os seus lucros. Se um governo se associa a uma campanha de uma cadeia de supermercados é porque esse mesmo governo quer ganhar em impostos pelos produtos que a cadeia de supermercados venderá para os donativos e ao mesmo tempo ganhar votos para os seus governantes continuarem a ganhar eleições e ocuparem posições sociais de prestígio.
5. O exemplo de Lincoln pode ser uma refutação, pois tem um ingrediente que parece denunciar a falta de consistência da teoria que defende o egoísmo psicológico, que é o prazer que obtém ao salvar os porquinhos. Ao contrário do que sugere a teoria, o prazer obtido do bem que se faz aos outros parece mostrar que somos capazes de agir com altruísmo, seriamente preocupados com o bem-estar dos outros.

Página 131

1. Ainda que tenhamos ações altruístas, daí não se segue que o altruísmo tenha de constituir uma norma moral. Mesmo tendo ações altruístas, ser egoísta pode, na verdade, ser uma base mais segura e fundamental para a moralidade. Ações altruístas não provam, por si mesmas, que o altruísmo seja um dever moral.
2. O egoísmo ético é uma teoria normativa e não descritiva. Não defende apenas que somos egoístas, mas que, mesmo não o sendo, é nossa obrigação ser egoístas. O objetivo da teoria é estabelecer a norma da ação moral.
3. Para Hobbes, a sociedade deve satisfazer as necessidades pessoais. Só faz sentido a existência da sociedade se nela os interesses pessoais das pessoas forem satisfeitos. É do interesse de cada um viver com bem-estar, pelo que o interesse de um é o interesse de todos uma vez que o interesse pessoal se ajusta ao interesse de todos.

Página 134

1. A tese de Adam Smith é o resultado da aplicação do egoísmo ético ao plano da economia. Adam Smith defende que se o egoísmo ético for aplicado à economia, os mercados desenvolvem-se de acordo com os interesses pessoais de obtenção de lucro. Se todos os indivíduos procurarem o lucro, ele haverá de florescer sem a intervenção do Estado.
2. O argumento parece ser incoerente já que o objetivo último é o bem-estar da sociedade. Ora se o bem-estar é o da sociedade, então é incoerente defender que a moralidade tem o seu fundamento no egoísmo ético.
3. Parece não ser suficiente uma vez que quando o interesse a preservar é o pessoal, facilmente se desencadeia um processo de conflito de interesses e sem a intervenção do Estado não há maneira de conciliar os diferentes interesses dos indivíduos.
4. A crítica de Rachels ao egoísmo ético é que ele é incapaz de conciliar de forma eficaz o interesse pessoal com o interesse dos outros, ao contrário do que pensam os defensores do egoísmo ético. Para Rachels não é possível encontrar um critério que



concilie o interesse pessoal com o interesse dos outros. E se esse critério não é possível, então o egoísmo ético é uma teoria que não funciona para fundamentar a moralidade. O egoísmo ético deixa por resolver o problema de saber por que razão os interesses de uma pessoa são mais relevantes do que o interesse de todas as outras pessoas.

Página 136

1. Podemos agir de acordo com padrões éticos mas esses padrões éticos não serem comuns. Assim, podemos mentir pensando que mentir é um bem, mas não estar de acordo com os padrões comuns. Viver de acordo com padrões éticos é ter uma justificação para as ações, ainda que essas ações possam não ser adequadas já que uma justificação adequada é dirigida para o bem comum.
2. Agir eticamente, segundo Peter Singer, é ser capaz de abstrair do «eu» e do «tu». A ética é sobretudo do domínio do racional e impessoal. Assim agir eticamente está para além das preferências e agrados do «eu».

Página 137

Rachels defende que, tal como no racismo ou no sexismo, o egoísmo ético não funciona porque admite uma divisão implausível na moralidade, a divisão entre o «eu» e os «outros». Esta divisão não funciona porque há sempre o benefício do «eu» em detrimento dos «outros». O ponto de vista moral não consegue ser, assim, imparcial, pelo que o egoísmo não pode ser um ponto de vista fundamental e fundador da moralidade.

Página 144

Universalidade: manifesta-se no facto de as regras morais se aplicarem igualmente a todas as pessoas.

Imparcialidade: os nossos interesses pessoais, por serem nossos, não possuem mais importância do que os de todas as pessoas conjuntamente.

Reciprocidade: devemos tratar os outros como gostaríamos que fossemos tratados. Se pensarmos que não temos o dever de pagar uma dívida a um amigo, então também teríamos, segundo a regra da reciprocidade, de admitir que quem nos deve também não tem o dever de nos pagar.

Página 148

1. As teorias do contrato social visam a articulação entre a dimensão pessoal da ética e a sua dimensão social, isto é, como é que os interesses morais pessoais se podem articular com os interesses de todos. Estas teorias dão destaque à dimensão social da moral. Assim, o contrato social visa o acordo estabelecido entre agentes racionais com o objetivo de tornar a sua cooperação em sociedade o mais favorável possível para todos os intervenientes. É ao Estado que compete esta organização zelando



pelos interesses de cada um e a sua articulação com o interesse geral. O Estado assegura o funcionamento das instituições que garantem imparcialmente o interesse de todos.

2. Hobbes começa por defender que a moral é constituída por normas e princípios destinados a organizar a vida em sociedade. Esta necessidade decorre da falta de organização da vida dos seres humanos no estado de natureza. Mas, segundo Hobbes, no estado de natureza há falta de regras e normas que permitam desenvolver um sistema de confiança mútua entre os indivíduos. Assim, a criação do Estado é também a garantia da preservação dos interesses pessoais e coletivos. A moralidade tem assim a sua origem nesta necessidade de organização social e de as pessoas estabelecerem contratos entre si que permitam a vida social, evitando assim o curso de violência que o estado de natureza desencadearia. Se cada um respeitar as regras morais sociais, está a preservar os seus interesses pessoais, ao mesmo tempo que preserva os interesses de todas as pessoas na vida comunitária.
3. Locke pensa que há direitos naturais ao indivíduo que implicam a existência e criação do Estado com a finalidade de os preservar. Assim, os direitos à liberdade, propriedade e felicidade encontram-se entre os principais direitos naturais ao sujeito e a salvaguardar pelo Estado. Dado que são estes direitos naturais que legitimam a existência do Estado, então este terá de governar segundo o consentimento dos indivíduos que o escolhem, que dão o seu consentimento à sua existência.

Página 151

1. Uma das objeções às teorias do contrato social assenta na tese de que a origem moral do contrato nunca existiu, isto é, o contrato não teve origem histórica num acordo estabelecido entre indivíduos de modo a assegurar a sua vida coletiva. Segundo esta objeção a origem do Estado não teria sido a moralidade.
2. Não é suficiente pois muitos cidadãos não votam, mas ainda assim veem-se representados pela organização do Estado que não escolheram. Ou seja, não podemos falar em aplicação universal da fórmula do Estado, pois ele não representa todos os cidadãos, nem os que representa o faz de modo igual. Quem defende esta tese está a defender que nem todos os cidadãos deram o consentimento ao Estado para a organização das suas vidas, apesar de o Estado organizar a vida de todos, incluindo os que nele não depositaram qualquer confiança para tal.
3. A legitimação do Estado de forma indireta consiste em dar a liberdade ao indivíduo de querer ou não participar da vida do Estado. Por exemplo, se alguém não quer participar no Estado, pois não deseja pagar impostos, deve ter essa liberdade, só que depois não poderá colher os frutos da aplicação do dinheiro dos impostos cobrados pelo Estado. O problema desta tese é que alguém que se recusasse a participar no contrato social ficaria de todo isolado, já que não poderia beneficiar do que o Estado produz com o dinheiro de todos e a vida fora do Estado parece impossível de concretização.
4. A objeção é relevante pois se só tivesse estatuto moral quem aceita o contrato social, então teríamos de deixar de fora, sem qualquer consideração moral, seres que não



podem aceitar o contrato social. Os casos mais evidentes são os animais não humanos que, apesar de não poderem moralmente estabelecer qualquer contrato, merecem ainda assim consideração moral. E o mesmo acontece com as gerações futuras que, por ainda não existirem, estão impossibilitadas de assinar qualquer contrato social.

Página 153

1. Consiste em demonstrar que os indivíduos consentem a existência do Estado e lhe conferem competências para organizar a vida social. Estas teorias respeitam dois requisitos: o do universalismo (a ideia de que todas as pessoas têm de estar sujeitas à lei) e o do voluntarismo (a ideia de que as obrigações políticas só podem existir através de um consentimento).
2. O objetivo de um hipotético contrato social não seria alcançado, pois seria pouco provável que nesse contrato original se contemplasse os indivíduos da sociedade dos nossos dias. Não há, portanto, um contrato original que tenha dado origem à organização social e mesmo que tal existisse seria, certamente, desadequado nos nossos dias. A tese do contrato social sugere que houve um contrato originário que iniciou todo o processo de organização social. Esse contrato foi estabelecido com base nas relações morais entre as pessoas. Parece implausível a existência de tal contrato. Daí que a teoria não esclareça de modo completo o contrato social como satisfação dos interesses morais das pessoas.
3. O problema do acordo tácito é que mesmo que ele tivesse acontecido no passado, as pessoas das gerações seguintes não estabeleceram esse acordo e, no entanto, vivem sob os seus efeitos. Depois, porque para existir tal acordo deveria existir a consciência e intenção do acordo. Mas muitas pessoas parecem não ter conhecimento sequer de tal acordo, pelo que o acordo tácito é uma ilusão. Depois, porque pode sempre existir alguém que não aceite qualquer acordo com o Estado, pelo que a sua vida se tornaria insuportável nessas condições. O acordo tácito parece assim não legitimar a existência do Estado.

Página 159

1. Uma ação, para Kant, só tem valor moral se for executada por dever e não conforme o dever. Uma ação pode estar conforme o dever e não ser ainda uma ação moral por estar regulada pelo imperativo categórico, isto é, pressupor um interesse próprio como fim. Por exemplo, segundo Kant, alguém que dê uma esmola a um pobre de rua somente porque acredita que fazendo o bem obterá uma compensação divina, não é uma ação moral, já que usa a caridade como meio para atingir um fim pessoal.
2. Kant pensa que a moralidade é livre e tem vida própria independentemente das religiões ou das inclinações pessoais. Assim, os princípios fundadores da moralidade são racionais. É do raciocínio que provém a moralidade e não da crença religiosa. Se a moralidade fosse prescrita por circunstâncias externas aos sujeitos, então ela não seria autónoma. Só a razão fornece os comandos próprios da moralidade.



Página 161

1. Os imperativos são comandos da razão. Assim, os nossos juízos morais são hipotéticos quando a ação tem como finalidade a satisfação de um interesse pessoal. Nesse caso, o comando da ação é hipotético. Mas uma ação comandada por um imperativo hipotético não é autônoma, pois agimos em conformidade com fins que não a ação em si mesma, mas do resultado que dela podemos obter. Pelo contrário, uma ação governada pelo imperativo categórico depende exclusivamente da autonomia da razão. A forma de saber se a ação é comandada pelo imperativo categórico reside na intenção da ação. Só avaliando a intenção é que sabemos se a ação é promovida pelo imperativo categórico ou por um imperativo hipotético. Um imperativo categórico não é condicionado, ao passo que os imperativos hipotéticos são interessados e condicionados.
2. Se aplicarmos o teste da universalidade compreendemos o que Kant quis dizer quando refere que as obrigações morais são absolutas. Refere Kant que devemos agir de tal forma que o princípio da nossa ação seja racionalmente universal, isto é, reconhecido por todo e qualquer ser humano que faça uso das suas capacidades de raciocínio de modo correto. Percebe-se também esta tese se pensarmos que quando uma ação é impulsionada pelo comando do imperativo hipotético, a vontade de agir não é livre, autônoma, já que a ação está condicionada. No exemplo da esmola ao pobre, a ação está condicionada pelo resultado que dela se espera. Ora, uma ação livre e, por isso, também moral, não espera qualquer resultado senão o conteúdo da própria ação em si mesma. E uma ação comandada pelo imperativo hipotético não pode ser moral pois não pode ser universal. Alguém que não acredite em compensações divinas não se sentiria, assim, condicionado a dar a esmola ao pobre.

Página 163

1. Quando não mentimos, não roubamos, não matamos, tudo o que estamos a fazer é agir por respeito à máxima da lei universal, isto é, a agir moralmente. Ações como a mentira, roubo, etc., são ações imorais no sentido em que o princípio que as envolve jamais poderia ser racionalmente observado como universal. Ao tentar esboçar a máxima que preside a uma ação como «mentir não é imoral», a máxima enfraquecer-se-ia a si mesma, já que ninguém confiaria em ninguém e a mentira deixaria de ser possível.
2. Kant dá duas fórmulas para o imperativo categórico. A fórmula da lei universal e a fórmula da humanidade como um fim em si mesma. Por exemplo, se quero pedir dinheiro emprestado e sei que não o vou devolver, então estou a fazer uma promessa falsa se digo que o devolverei. Será que isto está de acordo com o imperativo categórico? Kant diz que não. E o teste para o saber é o de tentar universalizar a máxima com a qual estamos a querer agir. A fórmula da humanidade como um fim indica que não podemos basear o imperativo categórico nos interesses ou desejos particulares, pois ele seria nesse caso relativo à pessoa à qual pertencem esses fins. O que podemos considerar que tem um fim em si mesmo é a humanidade. Seres racionais possuem dignidade e merecem respeito moral. Os seres humanos não são para usar (como quando fazemos falsas promessas).



3. Agir por dever é agir de acordo com a vontade boa e livre. Livre de constrangimentos. Quem age dessa forma, pensa Kant, não só está a respeitar as pessoas como um fim em si mesmo, como a sua ação é comandada por máximas universalizáveis. Estes pontos estão interligados e não podem ser compreendidos separadamente.

Página 165

1. A ética de Kant é formal no sentido em que é puramente racional e intrínseca ao sujeito. Ela depende de um bom uso da razão. Pelo contrário, a ética de Moisés constitui um manual de prescrições morais às quais as pessoas só têm de obedecer mesmo sem compreender por que o fazem.
2. Um dos problemas da teoria de Kant é o conflito de deveres. Perante dois deveres morais absolutos como o do exemplo do caso do Rui, qual é, então, a ação moralmente correta? A teoria moral de Kant não resolve este problema. Qualquer opção tomada seria, segundo Kant, moralmente errada, pois estaríamos sempre a infringir um dos deveres absolutos. Outro problema é que há regras morais que escapam ao imperativo categórico. Se uma pessoa mentir a um assassino para salvar a vida a uma criança inocente, está a agir moralmente e ao mesmo tempo a desobedecer à máxima do imperativo categórico que nos diz para não mentir.

Página 167

1. Uma boa vontade é autónoma, isto é, determinada por um princípio que dá a si mesma e não por algo que lhe seja exterior. Uma boa vontade depende exclusivamente da razão, ao passo que uma vontade heterónoma depende de outros fins além da razão. O que ordena uma boa vontade é um fim em si mesmo.
2. Significa que a ação moral não é determinada pela vontade heterónoma, isto é, não visa atingir outro fim senão o próprio conteúdo envolvido na própria ação. Se a ação for determinada pelos nossos interesses, então não pode ser moral pois escapa ao teste da universalidade.
3. As ações são universais quando são impressas pelo imperativo categórico, isto é, por uma vontade boa. A ação moral é aquela que respeita a lei universal, aquela em que a máxima que a produz pode afirmar-se como lei universal. Ora, o que a razão determina é a autonomia da vontade. Só o interesse pessoal ou as inclinações produzem ações governadas pela vontade heterónoma, isto é, pelo imperativo hipotético.
4. As duas formas são os deveres estritos e deveres meritórios. Por deveres estritos é quando a máxima não pode ser universalizável, uma vez que a universalização implicaria contradição. Por deveres meritórios entende Kant que a máxima pode ser universalizável, mas não é desejável a situação decorrente da sua universalização.

Página 169



A primeira dificuldade apontada por Rachels é relacionada com o conflito de deveres. Perante deveres igualmente morais, em situação de conflito, ao optar por um deles, infringimos necessariamente um outro. Esta é a insuficiência apontada à teoria de Kant.

Outra dificuldade – que se prende com a primeira – é que ao dizer a verdade, por exemplo, não estamos a olhar às consequências da ação que podem, em muitos casos, serem más.

Página 175

1. Para o utilitarismo, a ação moral é aquela que maximiza o bem-estar, aumentando a sua felicidade. É por essa razão uma teoria do bem-estar. Mas ao mesmo tempo é uma teoria da obrigação, já que nela está implicado que a ação moralmente obrigatória é aquela que produzir melhores consequências para o maior número de envolvidos. Este é conhecido por princípio da utilidade.
2. Não. A teoria de Kant é uma proposta moral muito diferente da de Mill. Para Kant, o valor moral das ações encontra-se nas intenções subjacentes à ação e não apenas nas suas consequências. Em Kant, a ação moralmente correta é aquela que obedece ao imperativo categórico, mas, para Mill, o valor moral de uma ação reside nas suas consequências. Para Kant, mentir é sempre errado, ao passo que para Mill mentir é ou não moralmente errado, dependendo das consequências. Se mentir acarretar mais felicidade para um maior número de pessoas, então mentir é moralmente aceitável. Se o que mede as ações em Kant são as intenções, em Mill são as consequências. À teoria moral de Kant chama-se deontológica, ética dos princípios. E chama-se consequencialista à teoria moral de Mill.

Página 177

1. Diz-se que algo tem valor intrínseco quando tem valor em si, independentemente da sua utilidade. Algo tem valor instrumental quando se lhe reconhece valor por ser útil ou por ser um meio para alcançar algo que é valioso em si. Assim, dizemos que a saúde tem valor intrínseco, ao passo que o dinheiro tem valor instrumental, já que serve para alcançar outras coisas com valor, a saúde e o bem-estar, por exemplo.
2. Uma teoria hedonista defende que o prazer é a única coisa com valor intrínseco. Tanto Bentham como Mill eram hedonistas, mas ao passo que para Bentham o prazer é essencialmente uma questão de quantidade, baseado na intensidade e duração, Mill considerava que havia diferentes tipos de prazer. Significa isto que Mill introduz um novo critério para avaliar o prazer. Além da quantidade, considera a qualidade do prazer. Segundo o tipo de experiência que proporcionam, há prazeres superiores e inferiores.
3. Para se concordar com a divisão dos prazeres na sua qualidade em superiores e inferiores, temos de conhecer ambos os prazeres. Isto é o que Mill defende. Mas parece indefensável que o futebol proporcione uma experiência mais intensa e duradoura de prazer do que a leitura de um bom livro, pelo que a divisão de Mill



parece fazer sentido. Os prazeres intelectuais possibilitam uma vida mental mais ativa e, por essa razão, proporcionam mais felicidade.

Página 179

1. Parfit discorda da posição hedonista, já que os diversos tipos de prazeres são demasiado distintos entre si para que possam ser agrupados numa categoria única. Por essa razão, Parfit defende que o que constitui valor nas ações é a satisfação das nossas preferências e não os estados internos de prazer ou dor. O bem-estar coincide, assim, com a satisfação de preferências e não com a obtenção de prazer, como defendem os hedonistas.
2. É convincente para mostrar as insuficiências do hedonismo, mas não soluciona o problema. Vamos supor que uma determinada comunidade tem como preferências a escravidão. Não podemos alegar pacificamente que o bem-estar para essa comunidade consiste na existência de escravos. Parfit parece ainda não esclarecer que preferências são morais, ou têm resultados morais. Esta questão deve suscitar algum debate breve.
3. O argumento de Nozick pretende mostrar que se o hedonismo fosse verdadeiro então seria preferível viver num mundo de farsa do que num mundo real. Uma vida não tem valor apenas pelo prazer que pode produzir mas também por outros elementos como a autenticidade, e uma vida constituída por prazeres ilusórios tem menos valor do que uma vida com existência real e autêntica.
4. A experiência mental de Nozick parece satisfatória para refutar o hedonismo de Bentham e de Mill, uma vez que mostra que o prazer apesar de ser importante, é igualmente importante compreender a origem do prazer e o desejo de que os nossos prazeres sejam reais e autênticos.

Página 181

1. Significa, antes de tudo, que para o cálculo da felicidade não se pode sobrepor os interesses pessoais, ou de apenas algumas pessoas, em detrimento do interesse de todas as pessoas conjuntamente. O pensamento moral remete-nos sempre para uma ideia de imparcialidade, o que o distingue do pensamento amoral. Do ponto de vista do utilitarismo, somos imparciais se dermos tanta importância à felicidade dos outros quanto damos à nossa.
2. Não, pois a forma como o bem-estar ou a felicidade é distribuída é moralmente irrelevante. O que conta é o maior grau de felicidade. Se numa alternativa há maior grau de bem-estar, então essa alternativa é sempre moralmente preferível, mesmo que na alternativa oposta algum sujeito obtenha individualmente maior felicidade, ainda que o conjunto não.



Página 183

1. Não parece plausível que as obrigações morais sejam imparciais como sugere a teoria utilitarista, isto porque diz o senso comum que as obrigações morais que temos com os nossos parentes próximos, por exemplo, são mais fortes do que as que temos com as pessoas que nos são distantes.
2. O utilitarismo das regras não dá uma resposta satisfatória uma vez que continua a deixar de fora as prioridades dos que nos são mais próximos, uma vez que atender aos mais próximos pode contrariar o princípio da maximização do bem-estar.

Página 185

1. O problema é que para o cálculo da utilidade das ações, mesmo que racionalmente bem informadas, pode-se discriminar minorias, sendo assim admitidas ações como moralmente admissíveis, mas que são injustas para um conjunto de pessoas. Neste sentido o utilitarismo não evita a discriminação, que é uma noção comum de injustiça.
2. Não, pois discriminar é moralmente errado independentemente das consequências que as ações possam vir a ter, boas ou más. É errado não discriminar com base numa qualquer regra moral que vise somente como consequência o bem-estar da maioria. Mesmo que o bem-estar da maioria esteja em causa, discriminar parece ser sempre moralmente errado.

Página 187

1. O princípio da teoria utilitarista, o da maximização da felicidade, é explicado se tivermos em atenção que o fundamento da ação moralmente correta se encontra nas consequências da ação e no prazer que possa daí decorrer para a maioria das pessoas. Assim, uma ação é moralmente correta se com ela a maioria das pessoas melhorar o seu bem-estar geral.
2. O hedonismo consiste em ver como moralmente corretas as ações que tiverem como consequência maior prazer e menos sofrimento ou dor para a maioria das pessoas. É, assim, uma teoria do bem-estar.
3. Mill discorda. Para Mill, há prazeres superiores e inferiores. Mill tem em conta a qualidade dos prazeres, já que nem todos têm como consequência maior felicidade e bem-estar para a maioria das pessoas.
4. A objeção decorre do argumento de que a teoria utilitarista aceita injustiças se em causa estiver como consequência maior bem-estar para a maioria das pessoas. Se o utilitarismo for verdadeiro, então admite-se que, por exemplo, algumas pessoas sofram se em causa estiver maior bem-estar para a maioria das pessoas.
5. Para a avaliação correta das nossas ações temos de considerar a nossa própria consciência moral. A integridade moral e o respeito pelas convicções próprias podem colidir com a obrigação utilitarista de maximizar o bem-estar, devendo as primeiras prevalecer. Como se pode ler no texto, se uma pessoa é contra a guerra



química e lhe é oferecido um emprego onde terá de trabalhar para o aperfeiçoamento deste tipo de armas, embora as consequências da aceitação do emprego sejam, tudo somado, melhores do que as consequências da sua rejeição, o respeito pelas convicções próprias deve suplantar o cálculo da utilidade na determinação da ação. Um utilitarista dirá que rejeitar o emprego não evita o fabrico de armas químicas porque outra pessoa o aceitará e dificulta a subsistência da sua família; logo, as consequências desta opção são piores do que as consequências da opção alternativa. Mesmo assim, por razões de coerência (ou de integridade), pode-se argumentar não ser essa a decisão moralmente correta (ao contrário do que defende o utilitarista).

Página 189

1. O utilitarismo é uma teoria que não admite obrigações especiais em desfavor da felicidade geral. A objeção refere que nem sempre podemos considerar todas as pessoas com as mesmas obrigações morais. As relações pessoais traçam um cenário de deveres morais diferentes, baseados em obrigações especiais, independentes das consequências das ações.
2. O utilitarista coloca o bem-estar geral acima dos projetos individuais. Isto parece ser absurdo já que é difícil alguém contribuir para o bem-estar geral se a sua própria existência for desprovida de projetos individuais. Ninguém pode dar verdadeiro sentido à sua existência se o valor moral das suas ações contar apenas para o bem-estar geral.

Página 196

1. Semelhanças: ambas são teorias contratualistas. Pressupõem que a justiça possui equidade perante a existência de um contrato social original. Tanto Locke como Rawls pensam que os seres humanos devem partir de uma situação de plena igualdade de justiça.

Diferenças: para Rawls, ao contrário de Locke, o contrato social não foi celebrado numa determinada época histórica. Resulta antes de uma reflexão racional da qual se conclui quais os princípios de justiça que todos os seres humanos colocados numa posição original de igualdade estariam dispostos a aceitar.

2. A situação de igualdade, garantida pelo véu de ignorância, é que possibilita a imparcialidade. O mundo é justo se todos os seres humanos tiverem as mesmas condições de igualdade. Rawls acredita que uma pessoa que tenha nascido num país pobre não tem as mesmas condições de igualdade do que uma pessoa rica. Em consequência não tem a mesma liberdade de escolha. Rawls pensa que é necessário partir de uma posição originária para garantir as mesmas condições de igualdade. Essa posição é determinada pelo «véu de ignorância». Se vestirmos o véu de ignorância, olhamos para a realidade sem saber que posição vamos nela ocupar. Não sabemos o sexo que vamos ter, se vamos ser ricos ou pobres, talentosos ou não. Assim, só na posição do véu de ignorância seremos capazes de fazer escolhas imparciais.



3. Rawls pensa que se avaliarmos as ações em termos utilitaristas não conseguimos garantir a justiça para as pessoas, já que segundo a teoria utilitarista a consideração da maior felicidade pode nem sempre coincidir com a consideração da justiça. Assim, uma sociedade onde exista maior grau de bem-estar não é necessariamente a mais justa, já que o cálculo do bem-estar é quantitativo.

Página 199

1. São três os princípios de justiça propostos por John Rawls: princípio da liberdade, da oportunidade justa e da diferença. Exemplos:

Princípio da liberdade: todos os seres humanos possuem igual direito a rendimentos, educação, saúde, votar e ser eleito, etc.

Princípio da oportunidade justa: todos os seres humanos devem ter as mesmas oportunidades. Segundo a teoria de Rawls, o Estado deve dar bolsas de estudo a estudantes mais pobres para que possam estudar nas universidades em condições de igualdade com os estudantes ricos.

Princípio da diferença: estando em causa a equidade, faz sentido o Estado tributar os mais ricos para ajudar os mais pobres a terem acesso à educação, saúde e justiça.

2. Rawls pensa que as pessoas não são inteiramente responsáveis pela sua situação social, pelo que há a necessidade de uma redistribuição das condições que garantam a igualdade de oportunidades como ponto de partida para todos. Uma sociedade será desigual se pressupor um ponto de partida diferente para as pessoas. O modo proposto por Rawls para garantir a igualdade justa é o Estado assegurar a redistribuição de rendimentos por via fiscal.
3. Isso acontece porque, mesmo considerando que as pessoas tenham uma situação de igualdade como ponto de partida, daí não se segue que, mesmo em situação de igualdade inicial, alcancem os mesmos resultados dada a variedade dos seus talentos naturais. Ou seja, mesmo numa posição original de igualdade, os resultados serão sempre diferentes.

Página 201

1. O argumento diz-nos que deve estar garantida a igualdade à partida, mas as consequências das escolhas são da responsabilidade de cada um. Isto é, é justo que uma pessoa usufrua do produto do seu esforço se teve as mesmas oportunidades que todos os outros.
2. Rawls defende que as pessoas não são responsáveis diretas pelos seus talentos, que as fazem ter sucesso, ou da sua falta de talento, que as impossibilitam de ter sucesso. O talento natural é fruto do acaso natural e das circunstâncias, o que impede as pessoas de terem as mesmas liberdades de escolher os seus percursos.

Página 204



1. Sob o véu de ignorância, não sabemos que posição vamos ocupar na sociedade. Rawls pensa que sob tal véu o mais justo seria escolher uma sociedade mais igualitária e não a posição que nos vai favorecer pessoalmente. Pelo contrário, sabendo qual a posição que ocupamos na sociedade, vamos sempre fazer as escolhas que mais nos beneficiam e não propriamente as mais justas. Se não soubermos se iremos ser pobres ou ricos, vamos escolher uma sociedade onde todos tenhamos a mesma riqueza ou pelo menos onde a distribuição da riqueza seja mais equitativa.
2. Beneficia porque maximiza a situação daqueles que se encontram em posições mais baixas ou desfavorecidas. É o princípio maximin. E é a mais racional, pensa Rawls, já que ninguém é responsável pela sua posição de partida, já que não escolhemos os talentos com que nascemos nem muitas vezes a situação social em que nos encontramos.

Página 207

1. Não, pois uma opção de vida que privilegie o prazer acaba por ser compensada em relação a uma opção de vida que envolva trabalho, dedicação e esforço. Por exemplo, duas pessoas em igualdade de circunstâncias criaram uma empresa e faturam, ao fim do 1.º ano, 1 milhão de euros. A primeira pessoa gasta parte desse dinheiro em carros caros, férias de luxo e telemóveis caros. A segunda investe numa formação para ampliar a sua visão de mercado. Ao fim do 2.º ano, a empresa da primeira pessoa fecha por falência, ao passo que a da segunda continua a faturar milhões. Neste sentido, é injusto que a pessoa que investiu na sua empresa tenha de pagar rendimentos à segunda, que se encontra agora numa posição de desvantagem económica.
2. É justo compensar as desigualdades naturais porque, ao contrário das escolhas, as pessoas não são responsáveis por elas, encontrando assim desvantagens que não escolheram. Ninguém pode ser responsável por ter nascido com uma deficiência, por ser da raça x, do sexo y, etc.

Página 209

1. Primeira: «Cada pessoa beneficia de uma inviolabilidade que decorre da justiça, a qual nem sequer em benefício do bem-estar da sociedade como um todo poderá ser eliminada.» Esta passagem indica que a justiça impõe restrições (ou barreiras morais) centradas nos agentes que limitam o que é legítimo fazer mesmo quando as ações visadas contribuam para aumentar o bem-estar geral. Esta é a ideia básica que distingue as teorias deontológicas das teorias consequencialistas: maximizar o bem-estar pode não ser permissível (ou não o fazer obrigatório).

Segunda: «[A justiça] não permite que os sacrifícios impostos a uns poucos sejam compensados pelo aumento das vantagens usufruídas por um maior número.» Esta passagem supõe que a forma como o bem-estar possa estar distribuído, ao contrário a ética utilitarista, é relevante para a avaliação das ações. Supõe ainda que a igualdade está acima do cálculo da utilidade.



2. Os objetivos dos princípios de justiça visam uma distribuição adequada da riqueza e dos encargos e benefícios da cooperação social.
3. Em primeiro lugar, os princípios de justiça aplicam-se às desigualdades sociais. Depois aplicam-se às instituições políticas e sociais que procurem assegurar a igualdade.

Página 211

1. Rawls pensa que uma decisão acerca dos princípios de justiça que tivesse como pano de fundo um conhecimento da posição social de cada indivíduo (quais os seus talentos naturais, etc.) acabaria por enviesar a escolha uma vez que potenciaría a opção por princípios de justiça que favorecessem essa posição. Para evitar este enviesamento, Rawls propõe o argumento do contrato hipotético, no qual assumimos uma posição original de ignorância relativamente à posição que vamos ocupar na sociedade. Essa posição favorece a racionalidade (ou imparcialidade) das escolhas que asseguram a sociedade justa.
2. Fundamentalmente, ignoram a sua raça, sexo, estatuto social, os seus talentos naturais, forças e capacidades. Não sabem também a sua noção de bem, assim como desconhecem as suas propensões psicológicas para considerar o justo, injusto, etc.
3. A teoria fraca do bem é a resposta de Rawls à objeção de que as pessoas na posição original não reuniriam condições para fazer escolhas. Pensa Rawls que uma pessoa sob o véu de ignorância possui sempre uma noção primária de bem que envolve bens primários como as oportunidades, liberdades, riqueza, rendimento e autoestima.
4. Se numa sociedade as pessoas são todas muito pobres ou muito ricas não se coloca o problema da equidade de justiça na distribuição de bens. No primeiro caso porque a circunstância faz com que as pessoas não olhem a meios quando está em causa a sua sobrevivência. No segundo caso porque vivem em tal abundância que nem sequer há lugar à preocupação pela distribuição equitativa da riqueza.